VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE 2025

ATA NÚMERO SETENTA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, teve lugar a 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, iniciada em 17 de abril de 2025, qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, João Paulo Rebelo da Silva, , Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Filipe da Silva Lopes, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Vânia Maria Melo Rocha, Jaime da Silva Quintas, substituído por José Manuel Silva Ferreira, João Pedro Ferreira Martins, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Carla Maria Rodrigues Costa, substituída por Pedro André Silva Dantas, substituído por, Joana Nobre Macedo Ferreira Leite, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. --------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira.----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

Ponto 1 - Público. ----------

Senhor Pedro Poças, União de Freguesias Pedroso e Seixezelo na sua intervenção fez referência ao recomeço das obras da Rua Alto das Oliveiras. Que em dezembro de 2024, naquela Assembleia Municipal, tinha sido prometido, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, que a obra se iniciaria no primeiro trimestre de 2025. As obras continuavam paradas e gostaria de saber se iriam ser concluídas ou não. conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues começou por fazer um enquadramento, dizendo que o assunto já tinha sido abordado mais vezes, porque das palavras do munícipe ficava quase a ideia de que não teria sido feito nada, parecendo existir uma espécie de um silêncio. Lembrava que há dias, tinha havido uma reunião, na GAIURB, onde o munícipe tinha sido atendido, assim como um grupo de moradores que levou consigo. Tinha sido recebido pela senhora vereadora e pela senhora arquiteta municipal, Dina Henriques. Foram atendidos ao mais alto nível e foi-lhes dado toda a informação. A obra não estava licenciada, como sabiam, mas era possível legalmente meter um pedido de movimentação de terras, para o qual era preciso haver uma licença e essa movimentação de terra, estava licenciada. Também não era justo dizerem que não tinha havido fiscalização nenhuma. Aquela obra já tinha sido alvo de autos de fiscalização, eram fáceis de verificar porque ficaram escritos, e era acompanhada por técnicos e fiscais. Não competia ao vereador ou ao presidente garantir que tudo estivesse em conformidade, mas sim aos técnicos, porque era uma decisão que era eminentemente técnica. Poderia no momento existir um problema, uma afetação, que estavam a acompanhar, mas quanto á atribuição da licença teriam de compreender que não era um critério subjetivo do presidente ou do Executivo. Poderia sempre enviar para um parecer externo ou para tribunal, mas se os serviços dessem parecer positivo, teria de emitir a respetiva licença, o que o munícipe estava a pedir não seria viável. Quanto à questão do email que tinham enviado a pedir uma alteração de sinalização, quem fazia esse estudo era a Divisão de Trânsito. No entanto essa alteração de sinalização teria de ser aprovada em reunião de Câmara e depois na Assembleia Municipal, á imagem daquilo que iria a

votação, naquela assembleia, com o ponto "Posturas de Trânsito". Seguramente o email estaria a seguir os trâmites legais, achando que naquele processo a Câmara estaria a fazer aquilo que teria de ser. Não atribuiu a licença de obra, estava a apreciar o processo até às últimas consequências. Atribuiu licença de movimentação de terras, com todos os pareceres. A licença de movimentação de terras não era uma bandalheira, respeitava as regras, e se isso não acontecesse haveria multas e fiscalizações. A partir de determinada altura, se houvesse muita reincidência, haveria suspensão da licença de movimentação de terras, porque não tinha o poder de impedir as licenças. Prometeu que quando o parecer chegasse, teriam informação credível em primeira mão, da parte dos técnicos. O assunto era conhecido, mas não de resolução de um dia para o outro, não dependia de uma decisão do presidente, mas estava absolutamente empenhado em que as coisas corressem bem. Tinha noção que o facto de construir uma moradia criava chatices no vizinho do lado, quanto mais uma empreitada daquele género. Gostaria que ficassem com a certeza de que a Câmara estava a fazer tudo o que estava ao seu alcance para que as coisas corressem bem, á imagem de outras obras muito mais complexas. ----------

Ponto 3 - Período de Antes da Ordem do Dia ----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) apresentou um **Voto de Pesar** pelo "falecimento de João Cravinho", conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo "falecimento de João Cravinho". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Albino Almeida apresentou um **Voto de Pesar** pelo "falecimento de **Sua Santidade o Papa Francisco**, e em nome de todos e com a confiança de todos por escrevê-lo e vou passar a ler, conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar, apresentado por todos os Grupos Municipais, pelo "falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 4. Período da Ordem do Dia. ----------

4.14. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024, assim como a respetiva Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos do n.º 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues começou a apresentação do relatório dizendo estar satisfeito com a oportunidade de lembrar algum do trabalho feito e dos desafios extraordinários que tiveram. Falou de um primeiro mandato, centrado na recuperação das contas de uma câmara, praticamente falida, onde as pessoas pagavam taxas de rampas e havia sempre IMI na taxa máxima, enquanto se acumulavam dívidas, juros de mora, judicialização da dívida, para dissimular e múltiplos incumprimentos. Um tempo indescritível de pandemia COVID19, que mobilizou toda a energia para respostas novas, soluções inovadoras e para uma gestão diferenciada, sempre num trabalho em rede com as instituições e as pessoas do concelho. Uma etapa da história coletiva, vincada por guerras e conflitos globais que impactaram diretamente na inflação e nos preços que passaram a gerir nas empreitadas e nos serviços. A adoção de um novo modelo de gestão moderna e de desenvolvimento sustentável, humanista e social, com investimento inteligente e opções rigorosas, capazes de fazer a cidade aproveitar todas as oportunidades de crescer e melhorar. Trabalharam sempre em rede com as instituições, assumindo a prioridade às questões sociais e ambientais. Tiveram força política para conquistas importantíssimas, como a expansão do Metro, a Estação de Gaia, o TGV onde quer que ela fique, o hospital em renovação, os programas socioeducativos, entre tantos outros. Nem tudo correu bem, os transportes não estavam ao nível desejado, a imensa rede viária, necessitava de mais recursos, mas encetaram uma mudança estrutural. Não existia memória de tamanho volume de investimento, um investimento seletivo e inteligente. Aproveitava o momento, para em nome do Executivo municipal, agradecer aos muitos funcionários, mais de 3800, às instituições do concelho, aos cidadãos, às pessoas que eram o destino final das suas ações. Agradecer pela oportunidade e pela possibilidade de dar um contributo para uma cidade sempre melhor. A criação de uma praça de eventos, de encontro e de fruição, nas ditas traseiras da Câmara, cuja reabilitação estava já concluída e a reabilitação integral da Praceta 25 de Abril, integrando-a num espaço mais funcional, ligado às pessoas e à fruição que visava criar uma forte centralidade. Tinham um principal orgulho nos projetos e programas sociais de âmbito municipal, alguns dos quais inovadores, e até ao momento, únicos no país. Era o caso do Gaia Aprende+, que fazia o seu décimo aniversário e já envolvia mais de 7000 crianças. Do Gaia Aprende+ I, para alunos com necessidades especiais, do Programa Municipal de Apoio aos Cuidadores

Informais, que tinha ganho um prémio nacional para o Município de Gaia, o Programa Municipal de "Apoio ao Arrendamento", o programa "Meu Bairro, Minha Rua", o Programa "Cantinho do Estudo", o Observatório Social de Gaia, o Programa Municipal Gaia Protege+, o Programa de Apoio na Emergência Social ou de Apoio ao arrendamento. Os pequenos-almoços e lanches gratuitos, para todas as 15.000 crianças, diariamente em pré escolar e primeiro ciclo. O Programa de Implementação da Fruta Escolar, o Programa Municipal de Apoio à Saúde Mental e tantos outros. Implementaram o "Programa Ciência Viva" as Escolas Ubuntu, à Educação Ambiental, e vários projetos socioeducativos, como a viagem de comboio ao Oceanário para os finalistas do primeiro ciclo. Sentiam orgulho nos programas e iniciativas apontadas, não apenas por serem únicos, mas porque encerravam as virtualidades dos programas de inovação social, de resposta às pessoas, com fragilidades e handicaps, mas também de respostas universais e destinadas à generalidade dos cidadãos, às classes médias e aos grupos sociais em geral. Durante os 12 anos, destacava o processo, de constante investimento na renovação, do hospital de Gaia, rumo a uma nova realidade, mas também os novos centros de saúde construídos e em construção. As reabilitações integrais das escolas EB2/3 de Valadares, Sophia de Mello Breyner e Costa Matos. Os financiamentos PRR já contratualizados param as novas creches e unidades de cuidados continuados, num investimento que não tinha precedentes. No mesmo ciclo construíram quatro novos centros de saúde, o centro da Madalena, de Vilar de Andorinho, dos Carvalhos e agora para arrancar o de Grijó. Reabilitaram integralmente três escolas EB2/3, com mais quatro candidaturas a aguardar o visto do Governo. Terminaram um programa de extinção total do amianto nas escolas e um programa de eficiência energética, conseguiram equipamentos com 342 lugares de cuidados continuados e 189 lugares de unidades de convalescença, com comparticipação financeira municipal. Construíram novas piscinas, da Lavandeira (em obra), Maravedi, a Piscina Municipal Aurora Cunha e adquiriram a Piscina do Eco Parque do Atlântico. Construíram o Pavilhão Municipal Salvador Guedes, em Avintes, o Pavilhão Municipal Carlos Resende, em Canidelo. Os pavilhões de Vilar do Paraíso e de São Félix da Marinha, o Pavilhão de Olival estavam em fase de arranque. O Pavilhão Fernando Gomes em Santa Marinha, o Pavilhão das Pedras, o Pavilhão de Paço de Rei, que passou a propriedade municipal com a compra do Parque de Santa Luzia, mas também o Ginásio Manuel António Pina e o Pavilhão do Meiral (a arrancar). Naquele ciclo foram construídos 9 Parques desportivos novos, em Canidelo, Oliveira do Douro, Pedroso, Canelas, Crestuma- Centro de Formação Rui Jorge, em Santiago, Parque Desportivo do Sermonde, novo Parque de Jogos dos Dragões Sandinenses e o novo Espaço Desportivo de Balteiro. Todos com equipamentos desportivos maioritariamente dedicados à formação desportiva, bem como incrementados gradualmente para o apoio à requalificação de inúmeros equipamentos municipais e de associações. Naquele ciclo apoiaram os Sapadores de Gaia, elevados à categoria de Batalhão, a Polícia Municipal e as seis Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Gaia. Construíram 6 novos parques ambientais e parques de fruição ambiental, Parque de Santa Luzia, Parque de Sermonde, Eco Parque do Atlântico na Madalena e Parque de Sampaio, o Novo parque emergente do

Aterro de Sermonde, Parque de Bustes, em fase de arranque, como também a ampliação do parque Biológico, da enorme ampliação do Parque da Lavandeira e dos circuitos ambientais das ribeiras de Gaia. No mesmo ciclo construíram um pavilhão multiusos e projetaram um centro de congressos fundamentais para o alargamento dos horizontes de Vila Nova de Gaia no contexto nacional e internacional. Ainda construíram quatro novos auditórios municipais de freguesia, o Auditório de Lever, um Auditório de Grijó, um Auditório de Arcozelo, esse em fase de lançamento de concurso, e o novo Cineteatro Almeida e Sousa em fase de concurso também. Tudo isso para além da reabilitação integral do Auditório do Parque Biológico, do auditório da Assembleia Municipal e do Auditório Municipal. Apostaram na construção de 3 novas sedes de Juntas de Freguesia, Canelas, Grijó e Arcozelo. Para além da reabilitação de tantas outras, como a reabilitação de Sandim, Vilar de Andorinho, Valadares, Santa Marinha, Oliveira do Douro, Olival, entre outras. Ainda duas novas esquadras da PSP, Canidelo e Valadares e um novo posto da Polícia Marítima na Granja. Além da reabilitação feita com recursos municipais da Divisão de Gaia, da PSP, da reabilitação dos postos da GNR dos Carvalhos e de Avintes, enquanto se aguardava a assinatura do protocolo para o arranque do novo posto da GNR de Arcozelo. Também construíram 480 fogos de habitação, a custos controlados, além da reabilitação de 34 empreendimentos sociais municipais, beneficiando quase 4000 fogos de habitação municipal. Juntaram os 134 milhões € contratualizados, no PRR, para a habitação a renda acessível e atualmente em construção. Ainda os 12 novos Centros Cívicos de Freguesia Serzedo, Oliveira do Douro, Vila de Andorinho, Avintes, Mafamude, Canelas, Madalena, Arcozelo, Sandim, Olival Lever e Crestuma, Pedroso, Vilar do Paraíso e Santa Marinha. Para além da reabilitação integral e da reabilitação e da pedonalização da beira rio, da construção da Praça, do Centro Cívico Municipal, e arranjos diversos, em múltiplos espaços públicos de fruição e lazer. Neste ciclo, construíram ou arrancaram a construção de 8 novos equipamentos sociais para idosos, a ACIC, o Centro Social São Miguel de Arcozelo, o Centro Social e Paroquial de Canelas, EPID dos Bombeiros de Valadares, o lar dos professores da Casa dos Professores, o Lar do Centro Social de Vilar do Paraíso, o Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Serzedo e a ampliação do Lar dos Trabalhadores da PT em Valadares. Igualmente novos equipamentos sociais para a infância, a Creche do Candal, a Fundação Padre Luís, a Fundação Cónego Nédio de Sousa, a Creche do Candal, gerida na Afurada, e ela mesmo ampliada. Equipamentos para a deficiência, o lar da APPACDM, as novas instalações da APPDA, o novo CACI- Dr. Mário Dias, o Lar da DANEM e o Lar e o Centro de Dia da Liga dos Amigos do Centro de Saúde Soares Reis. Para que se entendessem, aqueles equipamentos sociais, sendo geridos por IPSS, representavam um esforço financeiro da Câmara, superior a 6 milhões€ e colocavam Gaia, como o município com maior investimento nessa área, em todo o país. Tudo aquilo sem incluir os novos equipamentos de gestão direta, municipal, para a deficiência e a integração socioprofissional de pessoas com handicaps como os CACI do Magarão e do Murraceses, ambos em funcionamento, o CACI de Canidelo em fase de arranque e o de Canelas ancorado na escola secundária em pleno funcionamento. Naquele ciclo construíram novas casas mortuárias, pagas pelo

orçamento municipal, em Perosinho, Sandim, Arcozelo, Seixezelo Olival e Vilar do Paraíso, em fase de arranque. No mesmo período substituíram integralmente as 52.000 luminárias de iluminação pública, acabando com as lâmpadas de vapor de sódio, todas substituídas por lâmpadas de LED, com uma eficiência energética e poupança na fatura superior a 65%. Garantiram uma nova e moderna estação de alta velocidade em vez de um mero túnel de atravessamento, sem sentido nem centralidade. Foi criado o passe único para toda a área Metropolitana do Porto e começaram a implementação do serviço de transporte público "Unir" que juntamente com o mob+ e o transporte de proximidade, significava uma oportunidade de melhoria, do fraco serviço que tinham. A rede de metro, a linha amarela, existente até 2013 tinha 2,73 km de extensão, os 3,15 quilómetros construídos com a expansão de Santo Ovídeo a Vila d'Este e estavam em obra 6,3 km da nova linha Rubi, á qual se acoplava a ponte Dona Antónia Ferreira, a Ferreirinha. Ainda lembrava os vários prémios e distinções importantes que ganharam. O título de Capital da Juventude 2025. Organização de eventos diversos, como a Maratona de Gaia, com enfoque no retorno das iluminações de Natal que o município já não tinha memória de existir. Empenharam-se na atração de investimento externo, com presenças no IPIN em Cane e na Expo Real, em Munique, com a Frente Atlântica, tendo o maior volume de investimento privado estrangeiro de sempre, com impactos na também menor taxa de desemprego de sempre em Vila Nova de Gaia. Assumiram uma relação virtuosa e articulada com o Porto e com Matosinhos, através da Frente Atlântica, e das múltiplas iniciativas articuladas. Desde 2013 começaram a trabalhar na recuperação da Câmara, atolada num drama financeiro reconhecido nos documentos oficiais públicos do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, nos resultados das auditorias do Tribunal de Contas, mas também desorganizada e atravessada por vários processos judiciais e indemnizatórios. A situação financeira municipal tinha sido recuperada, atualmente com contas positivas, investimento feito em níveis históricos. Assumiram novos eixos de desenvolvimento sustentável, políticas imateriais, dirigidas para as pessoas e para as famílias, sempre em linha com as melhores práticas de gestão. Recuperaram as empresas municipais, como as Águas de Gaia ou a GAIURB, ambas à época em rutura financeira. Extinguiram a Gaianima, já à época em insolvência, e apresentavam naquele momento á Assembleia as contas, sem uma única reserva do Revisor oficial de contas, coisa que consideravam também histórico. Essa enorme recuperação financeira também tornou possível uma resposta eficaz a todos, nos desafiantes tempos de COVID, com apoios e medidas de vária índole, sempre num intenso trabalho em equipa, em rede e de grande abrangência nas várias áreas da vida do município. A pandemia foi o maior desafio na vida de todos e na vida da autarquia e tudo fizeram para estar à altura das múltiplas necessidades. Pagaram e incorporaram no património municipal os bens alienados, outrora no fundo imobiliário fechado, em vez das rendas. O município tinha adquirido um conjunto de bens patrimoniais fundamentais para o presente e para o futuro. Para além dos processos de contratação pública e da gestão equilibrada, o Município foi reforçando o seu património, com aquisições de terrenos e edifícios considerados estratégicos para o concelho. Destacaram, a estufa da

Lavandeira e todo o terreno remanescente do Parque da Lavandeira, a Casa da Presidência, para evitar a construção de um arranha-céus, os terrenos da fábrica das Devesas, para a construção de Gaia Museu Ambiente, um espaço para viajar na História de Gaia e na história da cerâmica em Gaia. Os terrenos comprados para a habitação social, a aquisição do Teatro Almeida e Sousa, dos centros cívicos disseminados pelo concelho ou a compra do Parque de Santa Luzia, o terreno ou a compra do terreno para a construção do Pavilhão de São Félix da Marinha, entre outros. Durante quase 12 anos tinham sido geridos 3 mil milhões€ e foram tomadas milhares de decisões. Foram tramitados mais de 100.000 processos de licenciamento urbanístico, muitos investimentos municipais de envergadura, apoio às instituições e às famílias, captação de investimento e de emprego. Assumiram alguns projetos marcantes para o futuro de Gaia. O período pandémico, pelo que todos passaram, significou uma nova dimensão de crise nacional, desde logo com a inflação, com a qual lidaram e responderam com determinação e empenho. A ambição era compatível com a sustentabilidade, desde que a ambição não se transformasse em desnorte, típico dos velhos modelos de gestão, onde a questão financeira era mera questão lateral. A sustentabilidade era determinante para desenharem o futuro. Um futuro próspero para todos, onde a educação era o eixo decisivo e as políticas municipais elementos centrais de formação de um Estado democrático e humanista. O futuro era construído todos os dias, com todos, eles deram o seu contributo. ----------

Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN) falando do Relatório de Atividade e Contas de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024 disse ser uma prestação de contas que apresentava, com objetivo primordial de informar os cidadãos acerca da sustentabilidade das contas municipais, mas sem esquecer a visão marcadamente política nas quais as opções económicas-financeiras municipais se concretizaram. Relativamente à situação financeira do município, no seguimento daquilo que o PAN tinha vindo a demonstrar, em anos anterior, não podiam deixar de se congratular pela assertiva gestão e controlo de contas, que o executivo tem vindo a demonstrar e se via refletida no equilíbrio orçamental. No entanto relativamente à receita corrente apontavam o peso que os impostos diretos e a as transferências correntes ocupavam nesse capítulo, sendo que os impostos locais eram os que mais contribuíam para aquela receita. Embora verificando uma baixa do imposto, no que tocava ao IMI, refletido entre outros fatores, pela diminuição da taxa aplicável em 2024, assistiam a um grande aumento da receita proveniente do IMT em relação aos anos anteriores. Sem dúvida que esse crescimento demonstrava o dinamismo do mercado imobiliário, mas era precisamente para essa realidade que chamavam a atenção. Na verdade, amiúde, muito desse crescimento traduzia o sacrifício de zonas verdes e do desequilíbrio dos ecossistemas, resultando num crescimento, não sustentável, do ponto de vista ambiental. Lembrava a Reserva Natural do Estuário do Douro e era importante que o executivo tivesse uma visão ambientalmente sustentável, não permitindo o surgimento de "selvas de betão" espalhadas pelo território. Quanto à política fiscal acompanhavam o Executivo no que tocava ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não

acompanhavam a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideravam que deveria também ser considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar, no espaço geográfico, empregos verdes, estáveis e duradouros. Acompanhavam também o executivo nas suas preocupações sociais, as quais se refletiam nos gastos que as Funções Sociais alocavam, sendo essas que registaram o maior aumento, nomeadamente na Educação e Ação Social. Não seriam justos se não realçassem o resultado líquido positivo com que se tinha terminado o ano de 2024. O Município tinha encerrado o ano de 2024, com um resultado líquido positivo de 25.943 milhares de euros, o que refletia um aumento de 11.136 milhares de euros, face ao resultado atingido em 2023. De uma forma geral, acompanhavam o executivo quanto às suas opções de política social, habitacional, educacional, cultural, bem como nas áreas da saúde. O Relatório de atividades anexo à Prestação de Contas de 2024 refletia de forma exaustiva o balanço do Ciclo autárquico do executivo, dando nota da "obra" feita. Em boa verdade, o PAN sempre tinha acompanhado o executivo nas grandes opções implementadas, nas mais diversas áreas, em áreas basilares como Habitação, Educação e Saúde. Quanto aos Transportes, admitia um salto qualitativo no que tocava à rede do Metro, com o alargamento da linha amarela (embora o PAN se tivesse oposto á parte do seu atual traçado, porque sacrificou grandes áreas verdes do Monte da Virgem), e a construção da linha Rubi. Na verdade era nos transportes públicos rodoviários, nomeadamente com a criação e implementação da UNIR, que muito faltava fazer. Como nota prévia relembrava que o PAN chamado a pronunciar-se sobre o orçamento e opções do plano do ano de 2024, se abstinha, exatamente por entender que as políticas do executivo, em áreas tão essenciais como o ambiente e a proteção animal, ficaram aquém das expectativas. Recordava, que o PAN tinha estado ao lado do executivo, votando favoravelmente matérias no âmbito da mobilidade, das políticas sociais, nomeadamente os destinados à franja da população socioeconomicamente mais vulnerável, das políticas setoriais da educação, da saúde, da cultura, do desporto, bem como dos investimentos em equipamentos estruturantes e por isso importantes para o concelho de Vila Nova de Gaia, todavia, existiam temas que eram fraturantes e que não acompanhavam, pela razão de não se aproximarem do espectro político defendido pelo PAN, e porque consideravam que as medidas implementadas eram manifestamente insuficientes para resolver os problemas existentes no município. Não acompanhavam a completa ausência de políticas de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade no concelho. Na verdade, o que assistiam, era à depauperação de zonas naturais e a sua capitulação ao "betão e aos grandes projetos". No âmbito da sustentabilidade ambiental e da preservação da biodiversidade, tinham expectativas de assistir, naquele ciclo político, a uma mudança de paradigma no que àquelas áreas diziam respeito. Também poderiam intermediar e implementar programas e estratégias adaptadas às circunstâncias e necessidades locais, em particular no domínio energético. Também, não se tinha vislumbrado qualquer medida ou intenção tendente a mitigar a enorme poluição existente no rio Douro, a maior parte dela provocada pela navegação turística. Apontou o executivo, por não ter sido dinamizador, junto das entidades a quem

competia a gestão das águas fluviais. Criticou o Relatório de Atividades por nada dizer sobre alterações climáticas, ecologia, ecossistemas, promoção da biodiversidade, proteção de zonas naturais, políticas de gestão do arvoredo, pegada ecológica, eco economia, economia circular, descarbonização. Vila Nova de Gaia, em termos de sustentabilidade ambiental, continuava a não existir, por parte do Executivo, uma linha política direcionada a esse respeito. Para ser sustentável tornar-se-ia urgente uma política direcionada ao incentivo da produção local, à preservação dos ecossistemas e da conservação da biodiversidade e sem dúvida mudar de paradigma económico. Ser humanista era também ser ambientalista e animalista. Para terminar consideravam que as opções políticas do executivo em 2024, ainda não estiveram dotadas das preocupações que o PAN considerava estruturantes e por isso fundamentais para uma Vila Nova de Gaia humanista, amiga dos animais e ambientalmente sustentável, conforme documento anexo **(vide anexo 4)**.----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida, (PSD) disse que no Relatório de Atividades e Conta de 2024, Eduardo Vítor Rodrigues, tinha efetuado o balanço da gestão, do Partido Socialista, durante o ciclo autárquico de 12 anos. Confessavam não compreender a tonalidade repetidamente desprimorosa, do atual Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, quando se referia à gestão do anterior presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes. Não deveriam esquecer que o Partido Socialista, durante o ciclo autárquico liderado pelo Partido Social Democrata, apoiou as principais decisões estratégicas, então empreendidas pelo mesmo, e votou favoravelmente, numa percentagem esmagadora, as deliberações tomadas. Contudo, em 2025, o atual presidente da Câmara mais uma vez desconsiderava a gestão autárquica, que permitiu a Vila Nova de Gaia dar um salto qualitativo ímpar. Recordavam que Luís Filipe Menezes tinha chegado, em 1997 à Câmara de Gaia, pouco após António Guterres deixar o país num pântano, como então se referiu a Portugal. Quando Luís Filipe Menezes conquistou a Câmara de Gaia, conseguiu construir quase 4000 casas de habitação social durante os 16 anos dos seus mandatos, envolvendo os trabalhadores municipais nesse trabalho notável e acabando com o urbanismo selvagem. Não só construiu, como requalificou, por exemplo, na valorização de Vila d'Este, uma urbanização na qual viviam 16 ou 17.000 pessoas e Filipe Meneses tinha investido 40 milhões€ na instalação e construção de equipamentos sociais, culturais e desportivos. Das 120.000 casas que Gaia tinha em 1997, apenas 10.000 estavam ligadas ao saneamento. Foi necessário construir cinco estações de saneamento e 1000 quilómetros de redes de saneamento e ligar mais de 100.000 casas ao saneamento. Gastaram 150 milhões€ no saneamento e, além disso, ainda tiveram de convencer as populações a ligar as casas ao saneamento e de apoiar a população nos custos inerentes a esse saneamento. Conseguiu despoluir todas as praias, o que obrigou à despoluição de 50 ribeiras, num percurso total de 400 quilómetros no concelho. A concretização definitiva do projeto do Parque Biológico Municipal e a sua expansão em Avintes. A construção de raiz do Parque da Cidade, a criação de ex-libris nacionais, nomeadamente a Reserva Urbana Natural do Cabedelo, a primeira reserva em área urbana em todo o país, Parque Marítimo das Dunas Aguda, em 1997, tendo este servido de inspiração para outros

parques do mesmo género em todo o país. Requalificou as principais ruas do concelho e remodelou a rede viária. Criou a Marina da Afurada e o Centro Interpretativo do Património da Afurada. Construiu o teleférico, do Centro Histórico, recuperou o Convento Corpus Christi, adquiriu o Solar dos Condes de Resende e a Casa Barbot, um ex-libris de Arte Nova. Instituiu a Rede Social de Gaia, reabilitou estádios, com a dotação de relvados sintéticos, bem como construiu e recuperou diversos pavilhões desportivos. Como equipamentos de referência, destacavam o Estádio do Parque da Cidade, Centro Olímpico de Alto rendimento, ténis de mesa e taekwondo, Centro de Formação Desportiva Olival/Crestuma e o Pavilhão da Lavandeira. No âmbito da educação, foi introduzido no primeiro ciclo o ensino do inglês, Educação Física, formação artística, tendo sido alargada a todas as escolas a cobertura de cantinas escolares. Por outro lado, os manuais escolares passaram a ser gratuitos nos primeiros quatro anos de escolaridade. Conseguiram ainda reabilitar a Frente Rio e o centro histórico, destacando se a criação da marginal que liga o Cais de Gaia ao Cabedelo, com a reabilitação total da Afurada. Tinham sido alguns dos importantes eventos dos projetos que se construíram e haveria muitos outros a considerar. Se Luís Filipe Meneses tivesse ganho, a dívida seria paga, os contenciosos resolvidos e a repetitiva e sistemática narrativa da dívida, nunca teria acontecido, porque a redução da dívida já tinha sido iniciada em 2011 e continuou em 2012 e 2013. Mas a propósito do ponto, interrogou os presentes como seria possível ter dado semelhante salto qualitativo, sem fazer dívida, e deu como exemplo a gestão de João jardim na Madeira. Apontou a arrecadação de impostos como a causa do melhoramento do Estatuto do Município mas reconheciam também o contributo do partido socialista, na atual gestão autárquica que se esforçou para obter aquela melhoria. No entanto, o que para eles era incompreensível era o défice de construção de habitação social ou um transporte público rodoviário, que há ano e meio era uma fonte de indignação para os munícipes e também o deveria ser para os eleitos. Entretanto, as despesas do Município eram a sua preocupação, porque temiam que nos anos em que existisse contração da atividade económica, e a receita dos impostos diretos baixassem, poderia existir dificuldades de tesouraria e colocar em causa o equilíbrio orçamental. As despesas de funcionamento resultantes de encargos de natureza fixa e obrigatória, suportados pelo Município de Vila Nova de Gaia, cresceram por via do processo de descentralização nas contas municipais. Era importante proporcionar a Vila Nova de Gaia outro grande salto qualitativo e achava ser possível se o Partido Social Democrata fosse o vencedor das próximas eleições autárquicas.----------

Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU) Iria ser breve, por entender que a discussão da conta de gerência, não deveria ser um espaço para análise, nem do mandato inteiro, nem sequer de um ciclo autárquico. Isso não era uma crítica, porque não sabia o que faria a CDU no seu lugar, a prestação de contas era algo que deveria ser feito pelas maiorias e para as oposições e a CDU e os seus eleitos faziam-no onde deveria ser feito, junto da população, junto dos gaienses. Estavam a fazer durante o mandato todo, o que deviam fazer os eleitos da sua intervenção para melhorar a vida dos trabalhadores e do povo. O documento

refletia os 12 anos de gestão autárquica, onde já se tinham pronunciado, até no que dizia respeito á discussão do plano e Orçamento. Em todo o caso, a comparação que deveria ser feita não era entre 2013 e 2024, mas entre as necessidades dos gaienses no presente e as respostas dadas. Era nessa diferença que estavam empenhados, na diferença das necessidades de quem precisava de autocarro e ele não passava, de quem precisava dos apoios sociais, era sobre as necessidades presentes em que estavam empenhados. A CDU, desde a primeira hora, até nas questões das contas de gerência, tinham colocado que o paradigma do local, estando no primeiro quarto do século XXI, era um modelo, verdadeiramente ultrapassado. Não no sentido de que o poder local não tivesse um papel absolutamente determinante, mas onde o Estado central tinha falhado de infraestruturas, dos cuidados sociais, aquilo que os gaienses precisavam e aquilo que os gaienses reivindicavam era justamente a estabilidade de apoios sociais, o melhoramento continuado dos serviços, um conjunto de responsabilidades, respostas e políticas que a CDU defendia e naturalmente e depois via espelhada num aumento das despesas correntes. Achava que o que se exigia ao poder local democrático era a mudança de paradigma dos apoios continuados e depois, já que se falava na dimensão das despesas correntes, também seria preciso coerência. A CDU sempre denunciou os impactos da transferência de competências, dos encargos da transferência. Falou da comunidade escolar da Escola Padre António Luís Moreira, e que queria a escola com condições dignas que a comunidade escolar exigia e não tinha. No fundo, a prestação de contas levava preocupações que sempre levaram ao debate, questões concretas e dificuldades que o poder local democrático enfrentava na atualidade, a questão da descentralização. No documento voltava a ficar espelhado a falta, quase decência, da dimensão do envelope. O município ainda ter de dar 7 milhões para a educação, 2 milhões para a saúde, 1 milhão para a ação social, estes 10 milhões€ era inclassificável e um perigo na sustentabilidade do poder local democrático das autarquias. Assumiram sempre uma posição moderada para não comprometer o balanço equilibrado das contas, nem entrar por esses desvarios demagógicos da baixa de impostos, até porque sabiam o contributo que os impostos tinham no Estado Social. A posição naquela Assembleia Municipal, por parte da CDU, era que o aumento de receita, que a prestação de contas referia, significava que poderia ter havido um aumento de investimento, tendo sido captado e canalizado esse recurso importante para os investimentos necessários. Aliás, se na discussão do Plano e Orçamento 2024 a CDU falava que os 12 milhões € correspondiam a 12 escolas de Vilar, os 17 corresponderiam a 17. Se falava que o IRS correspondia a 5,6 vezes o Orçamento municipal para a Cultura em 2024 a 7 milhões correspondia a oito vezes o orçamento municipal para a Cultura. Relativamente ao IMT, ficava a nota, a dificuldade que existia em apelidar o que se passava no mercado da habitação em Gaia, como dinamismo económico. Obviamente que isso correspondia ao aumento da receita que deveria ser canalizada, que fazia parte um peso significativo no município, e a expetativa era que permanecesse durante algum tempo, até porque havia muita obra em construção, mas isso não era dinamismo económico. Os próprios gaienses teriam certamente dificuldades em olhar para isso como dinamismo económico, já que lhes causava

instabilidade na vida deles. Dirigindo-se ao Presidente e aos deputados, disse que a comparação que deveria ser feita era a comparação que a CDU estava empenhada, não entre 2013 e 2024, não interessava a quem estava lá fora, mas as respostas dadas, que iriam para além uma comparação ou disputa de legados, mas das necessidades, de quem quotidianamente enfrentava as insuficiências do transporte rodoviário, de quem quotidianamente enfrentava os problemas no acesso à habitação, de quem quotidianamente enfrentava os problemas infraestruturais, desde logo nas questões das escolas do concelho. Deu o exemplo de António Luís Moreira mas teria muitos mais. Era sobre esses problemas que os trabalhadores e o povo, os jovens e os reformados estavam empenhados, era sobre esses problemas que a CDU estava empenhada para resolver.

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva, (PS) A exemplo da semana anterior e recordando a sua intervenção, acerca do 25 de Abril, continuava a ter dificuldade em entender a suspensão que alguns queriam fazer do 25 de Abril, porque a sua posição era continuar a honrar Abril, projetando na comunidade um desenvolvimento que valorizasse a democracia e o poder autárquico. Detetaram na intervenção do deputado do PSD, uma certa ironia, um certo apelo à serenidade que, obviamente, numa "plataforma" sem roque nem norte, ficava bem claro que muitas vezes o que se dizia não era bem aquilo que se fazia. E, portanto, ficava ali o reparo da parte dos deputados do Partido Socialista. Quanto ao documento em apreço fariam uma síntese de toda a discussão ali realizada, as alternativas foram poucas ou nenhumas e o caminho percorrido foi o correto e os principais indicadores financeiros assim o diziam. Relembrava um número que já tinha citado 284,7 milhões€, era o orçamento municipal e o importante também era ver a execução feita através do documento. Tiveram os projetos, os processos judiciais a convite e inclusive a guerra, agora na Europa. Em 2024, a dívida saldava-se, em 71 milhões, passaram de 300 para 71, de 206 dias de prazo médio de pagamentos para 18 dias, com tendência a aumentar a receita, a verdade era que baixaram os impostos e, gostariam de fazer ainda algumas referências. O senhor Presidente já tinha referido algumas delas, mas não resistia a reforçar aquilo que tinha sido a aposta no "Centro Ciência Viva", obviamente o Gaia Aprende+, a valorização de tudo o que tinha sido feito na educação, mas até com a transferência de competências. O testemunho a partir das escolas, do esforço que tinha sido feito pelo Executivo municipal, mas também por toda a gente que trabalhava na Câmara Municipal, para que as coisas corressem bem. O deputado dizia que a transferência de competências era um desafio que se colocava. Não era pela questão do dinheiro, que parecia não chegar, para essa transferência, mas-pelo Executivo e pelos trabalhadores da Câmara Municipal deixava o seu reconhecimento, a partir das escolas, do esforço que tinham feito. Falou do Passe Único que também fez parte da evolução que o Concelho tinha tido. Nomeou a expansão de rede de transportes públicos, a continuação dos projetos de habitação acessível, a forte aposta na regeneração urbana, o reforço dos serviços de saúde, eixos que iriam continuar a valorizar ao longo do período 2013/2024, a gestão de Eduardo Vítor Rodrigues pela política de equilíbrio financeiro, com ênfase na redução da dívida municipal e no aumento dos investimentos em áreas chave educação, saúde e ação social. O município de Vila Nova de

Gaia tinha alcançado uma sólida posição financeira e, ao mesmo tempo, implementado uma série de projetos, que melhoravam a qualidade de vida da sua população, consolidando o desenvolvimento sustentável para os próximos anos. Terminou reforçando que valorizavam abril e a democracia, conforme documento em anexo **(vide anexo 5)**. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues começou por dar umas referências simples, em jeito de ajustamento ou de correção, que ficasse mais para memória futura do que propriamente em jeito de debate político, porque estava visto que esse estava virado para o passado. Dirigindo-se ao deputado do PAN disse que as construções a que se tinha referido na reserva ou junto à reserva, tinha zero de responsabilidade do seu ciclo autárquico e era impossível, fosse quem fosse, travar aquilo que estava ali a ser construído, havia datas para se poder verificar. Não era justo que os acusassem, naquele ciclo autárquico, mas já achava ser feita justiça, quando o executivo dizia que deixaria, por opção, o PDM para uma aprovação posterior, no arranque do novo ciclo autárquico e com os novos protagonistas. Mas, pensava deixar também escrito e bem definido, que nas encostas do Douro não haveria nem mais uma casinha para além daquilo que o atual PDM permitia. Isso porque a desclassificação de terrenos era uma coisa que imputava aos orçamentos municipais e também não se sentia tranquilo a fazer. O Rio Douro não seria uma zona de passeio com prédios nas encostas do Douro e em 12 anos contavam-se pelos dedos de uma mão o que tinha acontecido, de impacto urbanístico na zona das encostas do Douro, pelo contrário, tinha havido alguma retração e alguma reserva, relativamente a alguns investimentos que poderiam ser auspiciosos, nomeadamente na área da hotelaria da Ponte do Freixo para Cima. Quanto ao deputado da CDU, ao falar da descentralização, esclareceu que nada tinha assinado. Também falou da habitação e no aquecimento do mercado, no momento fragilizado. A solução para a habitação só seria, mais construção e de ver concretizados os empreendimentos que implicavam construção nova, para uma classe mais fragil, mas lembrava que quando da sua posse, basicamente a política de habitação no concelho, eram os bairros sociais, os empreendimentos sociais. No momento tinham os empreendimentos sociais, todos eles, sem exceção, intervencionados, desde o amianto às janelas duplas e até á instalação de elevadores em alguns casos. No momento existe um sistema de apoio ao arrendamento que já custava á Câmara 1,2 milhões€ ano, caso contrário muita gente já estaria na rua, sem alternativa nenhuma, nomeadamente famílias monoparentais. O lado feminino tinha as residências partilhadas, projeto de sucesso, sobretudo para uma faixa etária mais avançada, respostas não substitutivas, à falta de uma casa abrigo, respostas do ponto de vista habitacional, para aquilo que eram as vítimas de algum tipo de violência, nomeadamente a violência doméstica. E finalmente, tinham os HCC. Eram 450 habitações, num modelo que tinha corrido bem em Aveiro, em Sintra, em Oeiras. Acreditava e pensando nos jovens, da classe média, em arranque de vida, fosse em casal ou individualmente, que era uma medida absolutamente extraordinária. Implicava um esforço financeiro do município, quer por ação, quer por omissão, por aquilo que se dava e por aquilo que não se recebia, que até

então não era compatível com a situação financeira que tinham até ao Covid. Reforçou a sua convicção de que os HCC eram, do seu ponto de vista, o mais importante instrumento de política habitacional, sobretudo se tivessem uma maior comparticipação do Estado, num modelo de habitação apoiado pelo Estado, para depois ter arrendamento ou venda em situação de renda resolúvel a custos absolutamente tranquilos. Quando o deputado dizia que nunca se construiu tanto e ainda assim os preços aumentavam, teria que reconhecer que uma coisa nada tinha a ver com a outra. Ainda bem que tinham essa habitação importante, mas no momento precisávamos de outra resposta, mas o mercado no momento não estava disponível para isso. O mercado estava a ser traído, até ao final do ano passado um modelo de ARU'S permitia a construção, com uma isenção de IVA até 6%, de 23 para 6%. De repente, tudo tinha sido feito, vendido, calculado na lógica da reabilitação urbana, mas o conceito de reabilitação urbana era reabilitar a urbe, reabilitar o espaço, o território. O que tinha acontecido foi que tanto se poderia pegar num prédio velho e reabilitá-lo, como construir um prédio novo. A reabilitação de uma cidade não era pôr novo, o que era velho. No final do ano os tribunais, acolitados pelo Ministério das Finanças, que o que queria era receita, decidiram alterar, no sentido de que só haveria ARU'S, quando houvesse reabilitação do prédio velho, que era transformar reabilitação urbana e reabilitação de prédio. Para terminar a questão da habitação, disse que a habitação construída em Vila Nova de Gaia, tinha sido sempre a reboque de fundos nacionais, com o PRR. Dirigindo-se ao deputado Fernando Almeida disse não desclassificar a gestão antiga. Reconhecia o saneamento, o pavilhão, e sabia das obras que fizeram, até porque era presidente de Junta, mas também lembrava que a Câmara estaria numa posição financeira ainda pior, se tivesse á altura cumprido com as juntas de freguesia, em vez de ter amputado as transferências financeiras para as juntas do partido oposto. Na altura o modelo era, se fossem do mesmo partido eram comtemplados se não fossem seriam excluídos. Foi isso que tinha acontecido, durante mais de meio mandato, às juntas do Partido Socialista, que estiveram sem receber 1 cêntimo, porque a Câmara, unilateralmente, entendeu que não devia apoiar. Também quando o deputado disse que a dívida começou a ser paga em 2011, era puramente falso, o que o deputado teve em 2010, 2011, 2012 e ainda apanhou um bocadinho do novo mandato de 2013, foi uma substituição de dívida por nova dívida. Venderam lugares de estacionamento em Gaia por 25 anos. A Câmara até ao momento nada tinha recebido porque o estacionamento tinha sido concessionado, com um critério que era todo o dinheiro recebido à cabeça. Em seguida, pegaram nas oficinas municipais, no Parque da Granja, no Parque de Campismo da Madalena, no quartel dos bombeiros, venderam à Caixa Geral de Depósitos, num modelo sald is back em que recebia o dinheiro e começava a pagar uma renda em modelo renda resolúvel. Foram mais 22 milhões€ que entraram no cofre. Só nas duas operações a Câmara tinha encaixado 42.000.000,00€, 20 de estacionamento, 22 do fundo imobiliário fechado. Nesse período, a Câmara faz uma redução de dívida de 28 milhões. O presidente continuou a lembrar os 20 milhões do PAEL, que era um programa de apoio à economia local, que representou um empréstimo que o Governo na altura criou para financiar câmaras, com

dificuldades. Gaia beneficiou do PAEL porque estava em rutura, mas o atual executivo pagou tudo. Dizer que compraram a Casa Barbot não era verdade, a Casa Barbot tinha sido cedida gratuitamente, pela família Barbot, na contrapartida de se fazer o loteamento industrial de Grijó. A Casa Barbot ficou na posse da Câmara, em meados da primeira década de 2000. Enganaram o Carlos Barbot, até 2017, e quem fez a Urbanização de Grijó, que permitiu financiar a Casa Barbot ou que permitiu a sua permuta tinha sido o atual presidente por 1.500.000€. Tecnicamente, ficaram com a Casa Barbot, não cumpriram o contrato e deixaram a divida por pagar e quando o deputado, ou alguém, era obrigado a enunciar as 4000 habitações que custaram zero à Câmara, para justificar a dívida, estava tudo dito. Também dizer que a Câmara tinha aumentado de 2500 para 3800 funcionários, era falso. Não aumentaram os funcionários, incorporaram funcionários, como fizeram com a Gaianima e com o Parque Biológico. Acusou o PSD de campanha vergonhosa, feita por um dos seus líderes, nas redes sociais, e aconselhou-os a demarcarem-se de tudo aquilo, pois enquanto não o fizessem seriam vistos como iguais. Pois era uma plataforma que não era anónima, tinha um projeto, que o PSD sustentava politicamente, e continuarem calados era pactuar também.

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) Pediu a palavra para responder ao presidente e disse que o iria surpreender, pois nada tinha lido. Mas ia ler e tentar perceber o que a plataforma dizia. Portanto ia ler e possivelmente se identificaria com o que o presidente estava a dizer. Pedia era que não pusesse na boca dele, o que não tinha dito ou lido, porque não era verdade. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues respondeu que lhe custava acreditar. que o líder da terceira maior bancada o PSD, ignorasse a mais baixa sacanice, que se passava em Gaia. ----------

Senhor Deputado Joaquim Moreira Barbosa (PSD) Relativamente à questão do senhor Presidente da Câmara, que colocou ao PSD, que não queria entrar na discussão, mas disse-lhe que o PSD de Gaia tinha uma página pública e essa era a que interessava para ele e para os militantes. Se o presidente quisesse discutir alguma coisa, que era dito nessa página, estava disponível para esclarecer e os seus companheiros também. Relativamente ao Partido Socialista e à intervenção do deputado João Paulo, sobre o 25 de Abril, perguntou-lhe se, passado 51 anos, ainda tinha alguma dúvida existencialista que o 25 de Abril não era só de alguns mas era de todos. ----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse que para quem nasceu a 31 de Agosto de 1974, aquele era um debate no qual se sentia muito confortável, ainda não sabia ler e, portanto, ficava muito contente e muito feliz, porque o apelo e o elogio à serenidade do seu companheiro tinham sido ali claramente valorizados, nesse último debate. Na comunicação haveria sempre aquilo que se quereria dizer, o que se dizia e aquilo que os outros entendiam. Poderia ter havido algum lapso da sua parte mas naquele contexto, tinha muita dificuldade em entender, a suspensão que o Governo tinha tentado tentou fazer no 25 de Abril. Era uma interpretação política que os comprometia e tinha o direito de dizer que o governo tentou fazer a

suspensão da comemoração do 25 de Abril e deputado o direito de o discordar. Ainda se lembrava de ter havido algo há uns anos, a tentativa de tirar o R da revolução. O 25 de Abril foi uma revolução e não uma evolução. Havia quem tivesse problemas com o 25 de Abril, mas ele não. Convidou o deputado a juntar-se a ele no 25 Abril, uma vez que ele era de todos. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.14. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 33 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS) 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). ----------

4.15 da Ordem de Trabalhos "Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens do Município de Vila Nova de Gaia, relativos ao ano 2024, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.15. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

4.16. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Nomeação do Revisor Oficial de Contas, Dr. Sebastião António Pires Carriço da Sociedade Sebastião & Associados, SROC, Lda., como auditor externo do Município e das AGEM". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.16. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 37 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU) e 10 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

4.17. da Ordem de Trabalhos "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos relativo ao ano 2024". ----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos relativo ao ano 2024". ----------

4.18. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público sem publicitação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para Aquisição de Serviços de receção de resíduos de construção e demolição para o Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

Rubrica 2005 | A | 101 – Aquisição de serviços de deposição de resíduos inertes ----------

- **Ano 2025 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA;** ----------
- **Ano 2026 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA;** ----------
- **Ano 2027 - € 30.000,00 (trinta mil euros) + IVA;** ----------
- **Ano 2028 - € 20.000,00 (vinte mil euros) + IVA.** ----------

Total – € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) + IVA". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.18. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.19. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de leite escolar e sua distribuição em regime de fornecimento contínuo, nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo de Ensino Básico públicos do Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Adoção dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

Valor Base do Procedimento - € 1.190.000,00 (um milhão cento e noventa mil euros) + IVA a 6% perfazendo um total de € 1.261.400,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos euros). ----------

Preço base/lote ----------

Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado - € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros).

Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja - € 140.000,00 (cento e quarenta mil euros). ----------

Rubrica 2022 | A | 22 – Complementos Alimentares ----------

Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado ----------

- **Ano 2025 - € 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil euros) + IVA; ----------**
- **Ano 2026 - € 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil euros) + IVA; ----------**
- **Ano 2027 - € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) + IVA. ----------**

Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja ----------

- **Ano 2025 – € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) + IVA; ----------**
- **Ano 2026 - € 70.000,00 (setenta mil euros) + IVA; ----------**
- **Ano 2027 - € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) + IVA". ----------**

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.19. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.20. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- **Postura Municipal de Trânsito na Rua Luís de Camões, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua Padre Tomás de Aquino Silvares, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua Professor César Augusto Ribeiro Morais, Freguesia de Canelas; ----**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua Vinte e Cinco de Abril, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua das Pedras da Maré, Freguesia de São Félix da Marinha; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua de Painçais, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; ----------**
- **Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Polacos, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada". ----------**

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.20. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

4.21. da Ordem de Trabalhos.Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município. ----------

Foi Apreciada a "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", **referente ao Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos**----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 6)**.----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 23 horas e 49 minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. ----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

De: **Comissão Moradores do Regato** <comissaomoradoresdoregato@gmail.com>
Date: terça, 22/04/2025, 23:55
Subject: Restrição Veículos Pesados e Restrição Licença de Ruido - Regato
To: <presidente.direto@cm-gaia.pt>, <geral@cm-gaia.pt>, <presidencia@cm-gaia.pt>

Exmo. Sr. Presidente,

Mais uma vez utilizamos esta via de comunicação para que nos possa ajudar.

Sendo do seu conhecimento a construção/movimentação de terras que está a ser realizada entre a Rua do Regato e a Rua da Misericórdia em Canelas tem sido um transtorno para os moradores.

Vimos por este meio pedir ao Sr. Presidente:

- A restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

- A restrição de licença de ruído noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Para estes dois pedidos foram recolhidas assinaturas, segue em anexo documentos.

Sr. Presidente, mais uma vez muito agradecemos toda a atenção demonstrada.

Com os melhores cumprimentos,

Comissão de Moradores do Regato
comissaomoradoresdoregato@gmail.com

1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

ABAIXO-ASSINADO

Restrição de licença de ruido no período noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia, ao Departamento de Ambiente e Parques Urbanos,

Sendo de conhecimento de V/ Excelência e do Departamento de Ambiente e Parques Urbanos, está a ser elaborada uma obra entre a Rua do Regato e a Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia. Esta obra tem por hábito iniciar os trabalhos antes do período laboral estabelecido e elaborar os serviços ao fim de semana, mais propriamente ao Sábado. Esta obra está a ser elaborada junto a várias residências, a perturbação do ruído fora do horário laboral e fim de semana tem sido um transtorno para todos os moradores, perturbando assim o devido descanso de quem decidiu escolher esta zona residencial para viver e repousar.

Pelo exposto, é convicção dos abaixo-assinados que a Freguesia de Canelas precisa de restringir a licença de ruido fora do horário laboral e fim de semana para esta obra.
E, por isso;

Os abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da CMG, ao Departamento de Ambiente e Parques Urbanos que garanta a restrição da licença de ruido fora do horário laboral e fim de semana, para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Alexandre Joaquim de Sousa Santos	11002420	
Pedro Manuel Pires Flores	11686743	
[illegible] Nunes	11764113	
Mariana Nunes	30427786	
MOREIRA ANTONIO	17724420	
Maria Isabel Baltazar Fonseca Dolores	05817649	
[illegible]	05872190	
Manuel Fernando Sousa Moreira	05747245	
BERNARDO ASSIS PINTO	14078C	
Palmira de Oliveira Torres Pires	03303245	Palmira Pires
Fabio [illegible]	34433386	
Sofia Ribeiro	23488713	
Carlos [illegible]	10577413	
[illegible]	11410319	
M. Cristina Schaeppan F. Magalhães Oliveira	5816768	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição de licença de ruido no período noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Ricardo André Fonseca da silva santos	12636282	
Mância Gisela Silva Ribeiro Leitão	11721316	
Sérgio Manuel Ribeiro Leitão	11210136	
Alberto Manuel Rodrigues Silva	6554568	
Maria Alice Ferreira Silva Ribeiro	3857185	
DIONISIO TORRALVO	02884915	
Alberto Vaz	05748600	
Virgínia Almeida	08055931	
Fernanda Duarte de Sousa	03664352	
Madalena Couto Sousa	07460419	
Paulo Jorge Menges Pintassilgo	10106149	
Vânia Raquel Coccia Pinto Silva	11060695	
JOSÉ LUÍS MORAIS RIBEIRO	05787801	
Sérgio Luís Couto Ferrat	10338447	
Ana Paula Oliveira Paixão Barbosa	11261805	
[illegible]	11524430	
Maurício Paulino da Silva	37K265P5	
Fernanda Amaro Silva Moreira	07067014	
Sara Filipa Silva Moreira	14222644	
[illegible]	14123214	
LUÍS CASIMIRO VIEIRA TAVARES	03320801-8ZY4	
Maria Aurora Pereira Tavares	03569071 ZZY7	
SABRI YUSUF GORMUS	32390401 TZZ1	
Rui José Barbosa	09822733 5ZX4	
ANA LÚCIA CORREIA DA SILVA	11474842	
PEDRO CORREIA DA SILVA	30673093	
Sérgio Isabel Pereira de Sousa	30353873	
Pedro Tavares Cabral	13785113	
Fábio José Vieira Rebelo	13359184	
Liliana Fernanda Silva Reis	13205454	
Joana Sofia da Silva Vieira	30704358	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição de licença de ruido no período noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia, ao Departamento de Ambiente e Parques Urbanos,

Sendo de conhecimento de V/ Excelência e do Departamento de Ambiente e Parques Urbanos, está a ser elaborada uma obra entre a Rua do Regato e a Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia. Esta obra tem por hábito iniciar os trabalhos antes do período laboral estabelecido e elaborar os serviços ao fim de semana, mais propriamente ao Sábado. Esta obra está a ser elaborada junto a várias residências, a perturbação do ruído fora do horário laboral e fim de semana tem sido um transtorno para todos os moradores, perturbando assim o devido descanso de quem decidiu escolher esta zona residencial para viver e repousar.

Pelo exposto, é convicção dos abaixo-assinados que a Freguesia de Canelas precisa de restringir a licença de ruido fora do horário laboral e fim de semana para esta obra.
E, por isso;

Os abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da CMG, ao Departamento de Ambiente e Parques Urbanos que garanta a restrição da licença de ruido fora do horário laboral e fim de semana, para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
[illegible]	11961954	
[illegible]	11730036	
[illegible]	9537713	
[illegible]	08195591	
[illegible]	09520265	
[illegible]	10797856	
[illegible]	06892306	
[illegible]	10520547	
[illegible]	14654096	
[illegible]	14370145	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição de licença de ruido no período noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Fernando Paulo de Oliveira Dias	07217744	
Georgina Gorunova	Z35R376	
Vanda Teixeira	13068788	
Marisa Ferreira	13209464	
[illegible] Soares e Sa	9838234	
Maria Luisa da Silva Teixeira Soares	10945274	Luísa Soares
Elisabete Luciana Sousa Soares	12541494	
[illegible]	12047925	
Eduarda Lima Fernandes	15060972	
FERNANDO OLIVEIRA FLORES	07948752	
[illegible]	05844220	
Pedro Gabriel Poças Barros Flores	15910482	Pedro Gabriel Flores
Laura Margarida da Silva Barros Flores	11641932	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição de licença de ruido no período noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Alexandra M. Schoeppen F. Magalhães Alves Ribeiro	06933748	Alexandra M. P.
Armando de Castro Oliveira	3317245	
Catarina Isabel Ribeiro Vasques Osório	14780532	Catarina Isabel R. V. Osório
Iwan Alvarez Gomes Fernandez	14699440	
Anabela da Costa Vieira Oliveira	11178190	Anabela Oliveira
Carla Maria Couto Oliveira	10897249	Carla Oliveira
Joaquim Jorge Couto Oliveira	0961356	Joaquim Oliveira

De: **Comissão Moradores do Regato** <comissaomoradoresdoregato@gmail.com>
Date: terça, 22/04/2025, 23:55
Subject: Restrição Veículos Pesados e Restrição Licença de Ruido - Regato
To: <presidente.direto@cm-gaia.pt>, <geral@cm-gaia.pt>, <presidencia@cm-gaia.pt>

Exmo. Sr. Presidente,

Mais uma vez utilizamos esta via de comunicação para que nos possa ajudar.

Sendo do seu conhecimento a construção/movimentação de terras que está a ser realizada entre a Rua do Regato e a Rua da Misericórdia em Canelas tem sido um transtorno para os moradores.

Vimos por este meio pedir ao Sr. Presidente:

- A restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

- A restrição de licença de ruído noturno e fim de semana para a obra que está a elaborar entre a Rua do Regato e Rua da Misericórdia, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Para estes dois pedidos foram recolhidas assinaturas, segue em anexo documentos.

Sr. Presidente, mais uma vez muito agradecemos toda a atenção demonstrada.

Com os melhores cumprimentos,

Comissão de Moradores do Regato
comissaomoradoresdoregato@gmail.com



ABAIXO-ASSINADO

Restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia,

Como é do conhecimento de V/ Excelência, a movimentação de veículos pesados tem sido um problema para os moradores envolventes, nos últimos meses a circulação destes veículos tem sido bastante acentuada.
A degradação da estrada é visível, a falta de segurança e transtornos causados, como por exemplo o corte de comunicações devido a um destes veículos ter arrebentado vários cabos. Os constrangimentos da circulação destes veículos causam vários transtornos na circulação, devido à falta de condições da estrada, como o cruzar de veículos o abanar as casas junto à estrada, buracos e oscilações que a estrada está a ficar.

Pelo exposto, é convicção dos abaixo-assinados que a Freguesia de Canelas precisa de restringir a circulação dos veículos pesados nestas ruas. E, por isso;

Os abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da CMG que garanta a retificação das ruas, estas já degradadas, e a restrição de veículos pesados com a exceção dos veículos RSU na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Alexandre Joaquim de Sousa Santa	11002420	
Pedro Manuel Pires Dias Bleck	11686743	
Felipe Nunes	11164717	
Mariana Nunes	30427236	
MOREIRA ANTONIO	17241420	
Jaime Augusto Carneiro Soares Ferreira	05872190	
Maria Isabel Baltazar Ferreira Dalas	05811649	
Manuel Fernando Sousa Moreira	05747245	
Bernardo Assis Pinto	14706716	
Palmira de Oliveira Pires Pires	03303245	
Fabio André Ferreira Ferreira	14411186	
Sofia Ribeiro	25488743	
Carlos Domingues Gonçalves	10500413	
Hanel Vasconcelos Dias Ribeiro	11410319	
M. Cristina Schoeppenthal Magalhães Oliveira	5816768	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Ricardo André Fonseca SILVA Santos	12636282	
Marcia Gisela Silva Ribeiro Leitão	11721316	Márcia Leitão
Sérgio Miguel Ribeiro Leitão	11710136	
Alberto Henrique Rodrigues Reis	6553455	
Maria Alice Ferreira Silva Ribeiro	3857185	A Ribeiro
DIONISIO TORRALVO	02884915	Dionisio Torralvo
Alberto Vaz	05748600	Alberto Vaz
Virginia Almeida	08055931	Virginia Almeida
Maria de Almeida		Fátima de Almeida
Fernando Duarte de Sousa	03664335	Fernando Sousa
Madalena Couto de Sousa	07460499	Madalena Sousa
Paulo Jorge Nunes Pintassilgo	10106149	
Vânia Raquel Coutinho Silva	11060695	Vânia Silva
JOSÉ LUÍS MONTADO RIBEIRO	05787801	
Sergio Luis Couto Fernandes	10338447	
Ana Paula Oliveira Paixão Barbosa	11261805	
[illegible]	11524430	
Mauricio Paulino da Silva	97K765P53	
[illegible]	07066014	
Sara Filipa Silva Moreira	14222644	
[illegible]	14123124	
RUI CASIMIRO VIEIRA TAVARES	03320801 8ZY9	
Maria Aurora Loureiro Tarres	03569071 ZY7	
BORBRI JUSUV GORUNOV	32390401	
Nuno José Barbosa	09882733 5ZY9	
PEDRO CORREIA DA SILVA	30673093	SILVA
ANA FILIPA CORREIA DA SILVA	11474842	Ana Silva
Sérgio Isabel Pereira de Sousa	30353873	
Pedro Tavares Gabriel	13785913	
Fábio José Vieira Rebelo	13359184	
Lidiana Fernanda Silva Reis	13205454	
Joana Sofia da Silva Vieira	30704358	joana vieira

ABAIXO-ASSINADO

Restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia,

Como é do conhecimento de V/ Excelência, a movimentação de veículos pesados tem sido um problema para os moradores envolventes, nos últimos meses a circulação destes veículos tem sido bastante acentuada.
A degradação da estrada é visível, a falta de segurança e transtornos causados, como por exemplo o corte de comunicações devido a um destes veículos ter arrebentado vários cabos. Os constrangimentos da circulação destes veículos causam vários transtornos na circulação, devido à falta de condições da estrada, como o cruzar de veículos o abanar as casas junto à estrada, buracos e oscilações que a estrada está a ficar.

Pelo exposto, é convicção dos abaixo-assinados que a Freguesia de Canelas precisa de restringir a circulação dos veículos pesados nestas ruas. E, por isso;

Os abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da CMG que garanta a retificação das ruas, estas já degradadas, e a restrição de veículos pesados com a exceção dos veículos RSU na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia.

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Hugo Ramos Gonçalves	11945454	
Miguel Fernando Freitas de Pinho	11730036	
Rogério Carlos Siqueira Pereira dos Santos	9537713	
Alexandre Manuel de Almeida Carneiro da Costa	08195991	
Manuel Antônio Afonso Pereira	09120285	
Carlos Manuel Bento Pinto	10787856	
Conceição Domingues de Sousa Santos	06392300	
Lúcia Maria Pinto Reis	10520547	
Filipa Pinho Carvalho	14654096	
Ricardo Filipe Lopes Teixeira	14379015	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Fernando Paulo de Oliveira Dias	07217744	
Gengona Ferreira	23[illegible]876	
Vanda Teixeira	13068788	
Clarissa Ferreira	13209464	
Leonel Soares e Silva	9838234	
Maria Luisa da Silva Teixeira Soares	10945274	
José carlos da cunha Dias	12047929	
Elisabete Luciana Sousa Soares	12541494	
Eduarda dina Fernandes	15066972	
Fernando Oliveira Flores	01948752	
Virginia Da Conceição Pires Da Mata Dias Flores	05844220	
Pedro Gabriel Poças Barros Flores	15910482	
Laura Margarida da Silva Dias Flores	11641932	

ABAIXO-ASSINADO

Restrição à circulação de veículos pesados, com exceção dos veículos RSU, na Rua do Regato e continuação na Rua de Ramos até ao número 124, na Freguesia de Canelas de Vila Nova de Gaia

Nome completo	B.I./CC)	Assinatura
Alexandra Schaeffer F. Magalhães Álvares Ribeiro	6937734	Alexandra A. [illegible]
Armando da Costa Oliveira	3317245	[illegible]
Catarina Isabel Ribeiro Vasques Osório	14786532	Catarina Isabel R V Osório
Ivan Alvarez Gomes Fernandez	14699440	[illegible]
Anabela da Costa Vieira Oliveira	11178190	Anabela Oliveira
Carla Maria Couto Oliveira	10892249	Carla Oliveira

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

Voto de Pesar

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal.
Senhoras e Senhores Deputados.
Estimado Público.
Forças de Segurança.
Comunicação Social.

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária a 17 de abril de 2025, manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento de João Cravinho.

João Cardona Gomes Cravinho foi uma figura histórica do Partido Socialista e uma referência ética e política para várias gerações. Homem de convicções firmes, com um percurso notável ao serviço da democracia, destacou-se pela sua visão exigente da política como espaço de serviço público e por um olhar visionário sobre a transformação da indústria portuguesa e sobre a mobilidade no território. A sua memória perdurará como exemplo de integridade e compromisso com o bem comum.

Nascido em 1936, formado em Engenharia Civil fez parte de dois governos da República Portuguesa e notabilizou-se pelo combate à corrupção, tendo sido distinguido em 2007 com a Medalha de Ouro do Município de Vila Nova de Gaia.

A ser aprovado, este voto deverá ser endereçado à família, a quem manifestamos toda a nossa solidariedade e os nossos sentidos pêsames neste momento de luto.

Vila Nova de Gaia, 17 de abril de 2025

Pelo PS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO 3

Voto de Pesar pelo Falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco

Jorge Mário Bergoglio, nasceu a 17 de dezembro de 1936 em Buenos Aires. Foi eleito a 13 de março de 2013, tendo escolhido o nome de Francisco.

Foi ordenado sacerdote em 1969 dentro da Companhia de Jesus. Antes de ser eleito como Papa em 13 de março de 2013, foi arcebispo de Buenos Aires e cardeal.

Destacou -se pela sua aproximação com os setores mais vulneráveis dos territórios em que viveu e fez uma afirmação teológica voltada para a justiça social.

Desde o início de seu pontificado, Francisco defendeu e praticou uma Igreja mais austera e comprometida com os pobres, promovendo o diálogo inter-religioso e a luta contra as mudanças climáticas, na defesa da Terra como a nossa única Casa Comum.

Abordou, com tremendas e corajosas denúncias, temas como a corrupção, a crise migratória e os abusos dentro da Igreja, implementando pelo seu lado as reformas internas para melhorar nomeadamente a transparência e a prestação de contas do Vaticano.

Com estilo simples e exemplos concretos fez sempre vários apelos à misericórdia que foram centrais na sua liderança, marcando diferenças com seus predecessores.

Foi um Papa próximo, simples, com um sorriso aberto e genuíno que transmitia paz e esperança.

Jesuíta por convicção e formação, considerava que nascera para servir, tendo afirmado especialmente aos cristãos, que "quem não vive para servir, não serve para viver".

Era guiado por uma fé inabalável num amor verdadeiro pela humanidade.

Tocou milhões de corações, crentes e não crente na Fé que professava, com gestos pequenos e palavras precisas. Falou sempre com uma voz serena e firme, com clareza e verdade, na defesa da paz, da inclusão e da dignidade humana, da coragem e esperança.

Ficou conhecido como o Papa do Povo.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária de 24 de abril de 2025, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco, transmitindo as mais profundas condolências aos familiares, amigos e a todos os católicos.

PAN
PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
Grupo Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

VILA NOVA DE

Reunião da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Relatório de atividades e Contas de Gerência de 2025

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Digníssima Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Sras. e Srs. Vereadores

Sras. e Srs. Deputados Municipais

Sras. e Srs. Colaboradores desta Assembleia Municipal

Digníssimo Público, Órgãos de Comunicação Social e Forças de Segurança

Somos hoje chamados a discutir e votar a Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividade e Contas de Gerência do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024.

É uma prestação de contas que apresenta, desde logo, como objetivo primordial informar, num quadro financeiro, os cidadãos acerca da sustentabilidade das contas municipais, mas sem esquecer a visão marcadamente política nas quais as opções económicas-financeiras municipais se consubstanciaram.

Relativamente à situação financeira do município, em seguimento daquilo que o PAN tem

Pessoas - Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

já vindo a demonstrar em anos anterior, não podemos deixar de nos congratular pela assertiva gestão e controlo de contas que este executivo tem vindo a demonstrar e que, desde logo, se reflete no equilíbrio orçamental, cumprindo desse modo a norma orientadora prevista na Lei 73/2013, de 3 de setembro.

Não obstante, temos ainda algumas observações, julgadas pertinentes, a fazer.

Relativamente à receita corrente facilmente nos apercebemos do peso que os impostos diretos e a as transferências correntes ocupam neste capítulo, sendo que são os impostos locais que mais contribuem para esta receita.

Se bem que verificamos uma baixa do imposto no que toca ao IMI, refletido entre outros fatores, pela diminuição da taxa aplicável em 2024, assistimos a um grande aumento da receita proveniente do IMT em relação aos anos anteriores. Sem dúvida que este crescimento demonstra o dinamismo do mercado imobiliário, mas é precisamente para esta realidade que queremos chamar a atenção. Na verdade, amiúde, muito deste crescimento traduz-se no sacrifício de zonas verdes e no desequilíbrio dos ecossistemas, resultando num crescimento não sustentável do ponto de vista ambiental. Basta lembrar, do que neste momento sucede, paredes meias, com a Reserva Natural do Estuário do Douro. Era, pois, importante que o executivo tivesse tido neste capítulo uma visão ambientalmente sustentável, não permitindo o surgimento de "selvas de betão" espalhadas pelo nosso território.

Quanto à política fiscal acompanhamos o Executivo no que toca ao IMI, à participação variável no IRS, mas já não acompanhamos o espírito que preside a fixação da taxa de derrama, bem como da isenção, uma vez que consideramos que deveria também ser

considerado o critério do setor de atividade por forma a incrementar, no nosso espaço geográfico, empregos verdes, estáveis e duradouros.

Acompanhamos também o executivo nas suas preocupações sociais, as quais se refletem nos gastos que as Funções Sociais alocam, sendo estes que registaram o maior aumento, nomeadamente na Educação e Ação Social.

Não seriamos justos se, por fim, não realçássemos aqui o resultado líquido positivo com que se terminou o ano de 2024.

O Município encerrou o ano de 2024 com um resultado líquido positivo de 25.943 milhares de euros, o que reflete um aumento de 11.136 milhares de euros face ao resultado atingido em 2023.

De uma forma geral, podemos afirmar que acompanhamos o executivo no que concerne às suas opções de política social, habitacional, educacional, cultural, bem como nas áreas da saúde.

O Relatório de atividades anexo à Prestação de Contas de 2024 reflete de forma exaustiva o balanço do Ciclo autárquico deste executivo, dando nota da "obra" feita. Em boa verdade, o PAN sempre acompanhou o executivo nas grandes opções implementadas nas mais diversas áreas, desde logo, como já referenciámos, em áreas basilares como Habitação, Educação e Saúde.

Quanto aos Transportes, se houve um salto qualitativo no que toca à rede do Metro, com o alargamento da linha amarela (embora neste ponto, como é sabido, o PAN ter-se oposto a parte do seu atual traçado, o qual sacrificou grandes áreas verdes do Monte da

Virgem), acresce, no presente, a construção da linha Rubi. A verdade é que nos transportes públicos rodoviários, nomeadamente com a criação e implementação da UNIR, aos dias de hoje, e dando nota aos anseios e reclamações dos seus utilizadores, ainda muito existe para fazer.

Não obstante tudo o que foi até aqui referido relativamente à independência financeira do município de Vila Nova de Gaia e ao equilíbrio das contas, a verdade é que os Gaienses e a sua qualidade de vida não dependem só destes fatores.

Como nota prévia do que a seguir se dirá, relembro que o PAN chamado a pronunciar-se sobre o orçamento e opções do plano do ano de 2024, absteve-se, exatamente por entender que as políticas do executivo em áreas tão essenciais como o ambiente e a proteção animal ficaram aquém das expectativas

Nessa altura, o PAN fundamentou o seu sentido de voto trazendo a debate políticas que se enquadram no seu espectro ideológico e que refletem uma ideia de progresso económico, social e ambiental num quadro de sustentabilidade.

É neste modelo conceptual que a posição do PAN se afirma, passando por uma visão integrada e interligada entre as diferentes áreas: desde a adaptação, a mitigação e a resiliência em relação às alterações climáticas, a mobilidade, o ordenamento do território, a habitação, a educação, a saúde, a sustentabilidade das contas, o investimento duradouro e a proteção animal.

Foi nosso entendimento que as opções do plano e orçamento para o ano de 2024 estavam desprovidas de políticas, a nosso ver, estruturantes para uma qualquer sociedade, como seja o Ambiente e o bem-estar e proteção animal.

Recordo, mais uma vez que o PAN esteve ao lado do executivo, votando favoravelmente matérias no âmbito da mobilidade, das políticas sociais, nomeadamente os destinados à franja da população socioeconomicamente mais vulnerável, das políticas setoriais da educação, da saúde, da cultura, do desporto, bem como dos investimentos em equipamentos estruturantes e por isso importantes para o concelho de Vila Nova de Gaia.

Todavia, existem temas que são fraturantes e que não acompanhamos pela razão de não se aproximarem do espectro político defendido pelo PAN, outros, porque consideramos que as medidas implementadas são manifestamente insuficientes para resolver os problemas existentes no município.

Não acompanhamos a completa ausência de políticas de proteção e conservação da natureza e da biodiversidade no concelho. Na verdade, o que se tem vindo a assistir, e já chamamos já a atenção para tal facto, é à depauperação de zonas naturais e a sua capitulação ao "betão e aos grandes projetos".

No âmbito da sustentabilidade ambiental e da preservação da biodiversidade, tínhamos expectativas de assistir, neste ciclo político a uma mudança de paradigma no que a estas áreas diz respeito. No nosso entendimento tal não se verificou.

Pela grande importância que ocupa nesta temática importa abordar a questão da transição energética e o papel primordial que os municípios têm na sua implementação. Neste caminho que é preciso trilhar, os municípios figuram como elementos fundamentais por várias razões: gerem o território e o seu desenvolvimento, são agentes locais de educação e disseminação de conhecimentos relacionados com o clima, o ambiente e a energia. Têm uma relação de forte proximidade com os cidadãos e

empresas, essencial para a construção de redes locais. Podem intermediar e implementar programas e estratégias adaptadas às circunstâncias e necessidades locais, em particular no domínio energético. Estamos cientes da falta de enquadramento na contratação pública e da inexistência de modelos contratuais, no entanto, torna-se essencial que o município de Vila Nova de Gaia se torne dinâmico neste âmbito. Infelizmente, não foi isso que resultou deste ciclo político.

Também, não se vislumbrou qualquer medida ou intenção tendente a mitigar a enorme poluição existente no rio Douro, a maior parte dela provocada pela navegação turística.

Não queremos as encostas do rio Douto repletas de edifícios, habitacionais ou não, e as suas águas reféns de barcos turísticos. Assistimos hoje, impávidos, à destruição paulatina de um valor imensurável, que é o nosso rio e a nossa reserva natural do estuário do douro. Este Executivo, podia e devia ter sido o dinamizador, para junto das entidades a quem também compete a gestão das águas fluviais, se tomassem medidas urgentes de conservação e de mitigação deste atual problema.

No Relatório de Atividades anexo às demonstrações financeiras constituído por 74 páginas e nem uma palavra sobre alterações climáticas, ecologia, ecossistemas, promoção da biodiversidade, proteção de zonas naturais, políticas de gestão do arvoredo, pegada ecológica, ecoeconomia, economia circular, descarbonização.

É nosso entendimento que Vila Nova de Gaia em termos de sustentabilidade ambiental continua a ser, desculpem a redundância, insustentável, sendo certo que continua a não existir, por parte do Executivo, uma linha política direcionada a este respeito.

Para ser sustentável torna-se urgente uma política direcionada ao incentivo da produção

local, à preservação dos ecossistemas e da conservação da biodiversidade e sem dúvida mudar de paradigma económico. Ser humanista é também ser ambientalista e animalista.

Para terminar consideramos que as opções políticas deste executivo em 2024, ainda não estiveram dotadas de preocupações que o PAN considera estruturantes e por isso fundamentais para uma Vila Nova de Gaia humanista, amiga dos animais e ambientalmente sustentável.

Vila Nova de Gaia, 24 de abril de 2022

Deputado Municipal pelo Pessoas-Animais-Natureza

Pedro Ribeiro Castro

Pessoas - Animais - Natureza
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, Rua General Torres, nº 1141
4400-163 Vila Nova de Gaia
Tel: +351 22 3 742 475 | +351 223 742 400 - Ext. 1136; Fax: +351 223 742 460
e-mail: amgaia@pan.com.pt

(7 páginas)

Intervenção Política

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo Municipal.

Senhoras e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Forças de Segurança.

Comunicação Social.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

Há uma semana citei Sophia aqui neste púlpito:

A madrugada que eu esperava,

o dia inicial inteiro e limpo.

Onde emergimos da noite e do silêncio

E livres habitamos a substância do tempo.

São palavras que nunca me canso de ler e de citar, para nos situar em abril, o dia mágico onde as portas de todos os sonhos se abriram.

E, disse ainda que "*o poder autárquico democrático é um dos pilares da Revolução que é de Todos Nós. Sim, de Todos, inclusive daqueles que insistem em voltar ao país das pessoas tristes que Manuel António Pina descreveu no "Tesouro". Os que insistem em colocar em causa as instituições democráticas, apelando à mentira e ao populismo como armas do debate político, colocando todas as pessoas nas mesmas malas de aeroporto. Os que insistem em colocar em causa os mais elementares Direitos humanos como se fosse sequer imaginável voltar para trás no nosso desenvolvimento. Como se a vida das pessoas fosse uma mera taxa, como se a vida das pessoas fosse uma questão de lucro.*"

Tenho, neste contexto muita dificuldade em entender a suspensão que o Governo tentou fazer do 25 de abril. A data fundadora da nossa identidade não se suspende. Vive-se e essa vivência é para ser feita todos os dias e a toda a hora.

Exmºs Sr,

Se uns insistem em marchar em direção a 24 de abril há quem continue a honrar abril, projetando na nossa comunidade um desenvolvimento que valoriza a nossa Democracia e o poder autárquico.

E é de insistência que falamos quando vos trazemos uma aposta vincada naquilo que temos vindo a chamar, desde sempre, uma matriz de desenvolvimento inteligente. Um modelo iniciado em 2013 e que nos traz até 2025, aqui, para prestar contas perante todos.

Vejamos, o documento aqui em apreço, relata de forma clara as opções políticas públicas e o plano de desenvolvimento adotado pela autarquia sob a liderança de Eduardo Vítor Rodrigues desde 2013. Durante este período, a gestão municipal tem se centrado em promover o crescimento sustentável, a inclusão social e o desenvolvimento urbano, enquanto mantém a saúde financeira do município. O ano de 2024 marca um ponto de equilíbrio importante no caminho para os objetivos do mandato 2023-2025, que procuram consolidar o legado dos primeiros mandatos.

Permitam-me que percorra alguns dos tópicos fundamentais, em jeito de síntese de todo a discussão aqui realizada, até porque, sejamos francos – as alternativas foram e são poucas ou nenhumas. Ficou aqui claro como o caminho percorrido foi o correto:

1. Principais **Indicadores Financeiros** (2013-2024)

A análise dos indicadores financeiros da gestão autárquica ao longo do período de 2013-2024 revela uma sólida recuperação financeira, com um aumento significativo na capacidade de investimento, ao mesmo tempo em que se promoveu a contenção das despesas correntes e a redução da dívida municipal.

1.1 Receitas e Despesas

Receitas: Desde 2013, o município tem conseguido aumentar as suas receitas, especialmente através de uma gestão mais eficiente das receitas correntes e de capital. Em 2024, o orçamento municipal de 284,7 milhões de euros reflete uma gestão rigorosa e um crescimento robusto das fontes de receita.

Receitas correntes: Aproximadamente 69,83% do total das receitas (198,8 milhões de euros).

Receitas de capital: Representam 30,17% (85,9 milhões de euros) do total, com destaque para os projetos financiados por fundos europeus e parcerias público-privadas.

Despesas: O município tem privilegiado o investimento em áreas estratégicas, com uma alocação significativa para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços sociais.

Despesas correntes: Aproximadamente 64,95% do orçamento (184,9 milhões de euros), relacionadas com a manutenção e funcionamento dos serviços municipais. Aliás, há muito tempo que todos o sabemos – um Concelho como o nosso terá sempre uma presença mais forte deste tipo de despesas, quando comparadas com as despesas de capital.

Despesas de capital: Aproximadamente 35,05% do orçamento (99,8 milhões de euros), com destaque para investimentos em habitação, mobilidade, e serviços de saúde.

1.2 Dívida Municipal

A dívida do município foi sendo reduzida de forma consistente ao longo dos mandatos.

299729 - Duzentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e nove euros. Foi daí que partimos. Pelo meio tivemos os processos judiciais, a COVID e a guerra na Europa. Em 2024, a dívida situa-se em 71 milhões de euros, o que representa uma diminuição significativa desde o início do mandato em 2013. Esse esforço de redução da dívida foi possível graças a uma gestão rigorosa e ao aumento das receitas próprias, sem recorrer a empréstimos excessivos.

Passamos de 206 dias em 2013 para o prazo médio de pagamentos, para 18 dias no final de 2024.

Baixamos os impostos.

1.3 Execução Orçamental

A taxa de execução orçamental ao longo de 2024 foi de cerca de 90%, um reflexo da boa gestão e da capacidade da Câmara em cumprir as metas estabelecidas no orçamento anual, com validação positiva por parte do Tribunal de Contas.

2. Prioridades e Realizações ao Longo de 2013-2024

O período de 2013-2024 foi marcado por uma clara definição de prioridades estratégicas, focadas no desenvolvimento sustentável, na coesão social e na modernização das infraestruturas municipais. A seguir, destacam-se as principais áreas de atuação:

2.1. Ação Social e Inclusão

A área social foi uma das mais reforçadas ao longo do mandato, com investimentos contínuos em projetos de apoio às camadas mais vulneráveis da população.

Habitação: A gestão do programa "1.º Direito" permitiu a construção e a recuperação de várias habitações de renda acessível, contribuindo para a redução do défice habitacional no município.

Apoio a famílias e idosos: Foram criados e ampliados centros de apoio a idosos, como lares e centros de dia, e ampliados os serviços de apoio à infância, com a construção de novas creches e centros de inclusão.

Investimentos sociais: Durante o mandato, foram investidos mais de 31,3 milhões de euros em políticas de ação social, refletindo o compromisso com a igualdade e a justiça social.

2.2. Educação

A educação tem sido uma prioridade ao longo de toda a gestão, com destaque para a modernização das infraestruturas educativas e o investimento no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

A transferência de competências foi um desafio que trouxe a todos muitas interrogações. É um processo que deverá ser melhorado, sobretudo do lado do governo central, mas a forma incrível como o Município tem promovido a resolução de problemas junto das escolas mostra o empenho em continuar a priorizar a educação. Poderia ainda lembrar o Centro Ciência Viva e o Gaia Aprende + ou a ampliação e construção de escolas e jardins de infância, que não só aumentaram a capacidade de oferta educativa, mas também melhoraram as condições de ensino e aprendizagem.

2.3. Infraestruturas e Mobilidade

A modernização das infraestruturas urbanas foi um pilar importante da gestão de Eduardo Vítor Rodrigues.

Requalificação urbana: Foram realizados projetos significativos de requalificação de zonas urbanas, incluindo avenidas, praças e espaços públicos.

Mobilidade e transportes: Investimentos em infraestruturas de mobilidade e na melhoria do transporte público, com destaque para a parceria com a STCP e a modernização das redes de transporte coletivo. Falamos da UNIR e da Metro, bem como do desafio que temos em mão do TGV.

2.4. Saúde

A saúde foi também uma área de investimento crucial, com a Câmara a promover a criação de novas infraestruturas de saúde e a melhorar os serviços existentes.

Recordo com um sorriso tudo o que foi dito pelas oposições quando o tema era o Hospital e o investimento a realizar pelo Orçamento Municipal. Creio que hoje todos reconhecemos a assertividade da decisão. Temos um Hospital novo ao serviço da nossa comunidade.

Não quero deixar de referir a importância dos Centros de saúde, mas cito apenas três Centros de Saúde da Madalena, dos Carvalhos e de Grijó.

Recordem também por favor o trabalho feito ao nível da saúde mental e o reforço dos serviços de apoio à saúde mental e programas de prevenção de doenças.

2.5. Meio Ambiente e Sustentabilidade e valorização do Espaço Público

Ao longo do mandato, o município tem promovido a sustentabilidade ambiental com investimentos em energias renováveis, gestão de resíduos e proteção de áreas verdes.

Foram criados e mantidos Espaços verdes e temos em mãos a gestão de resíduos, como um desafio para os próximos anos.

Queria também citar com muito carinho a centralidade dada à criação de centros cívicos nas nossas comunidades. O que isso significa na vida de cada um de nós e na valorização de cada freguesia e de cada comunidade. Dois que conheço mais de perto, Canelas e Canidelo, são hoje polos de atração da vida em comum e, todos sabem, o quanto precisamos de nos encontrar, inclusive no espaço pública.

A dimensão mais Concelhia foi também central no nosso projeto - a casa da Presidência e a recuperação integral da "Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia", no seu sentido mais nobre e como é percecionado o edifício dos paços do concelho por muitos dos nossos cidadãos. A recuperação desta casa, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, o nosso Auditório Manuel Menezes de Figueiredo. Um eixo de valorização do poder autárquico quando abraçamos os 50 anos da sua existência, tal como aconteceu com a construção das juntas de freguesia de Arcozelo, Grijó e Canelas.

Meus senhores e minhas senhoras,

A expansão da rede de transportes públicos.

A continuação dos projetos de habitação acessível, com uma forte aposta na regeneração urbana.

O Reforço dos serviços de saúde e educação.

Três eixos que vamos continuar a valorizar.

Ao longo do período de 2013-2024, a gestão de Eduardo Vítor Rodrigues tem sido marcada por uma política de equilíbrio financeiro, com ênfase na redução da dívida municipal e no aumento dos investimentos em áreas-chave como saúde, educação, infraestrutura e ação social.

O município de Vila Nova de Gaia alcançou uma sólida posição financeira e, ao mesmo tempo, implementou uma série de projetos que melhoraram a qualidade de vida da sua população, consolidando o seu desenvolvimento sustentável para os próximos anos.

Valorizamos Abril!

Valorizamos a Democracia!

Viva o 25 de Abril, Viva Vila Nova de Gaia.

Vila Nova de Gaia, 24 de abril de 2025

O Partido Socialista

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

MINUTA DE ATA Nº 70

Reunião Ordinária de 24.04.2025

Ao vigésimo quarto dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, pelo "falecimento de João Cravinho", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

b) Foi um, **Voto de Pesar**, apresentado por todos os Grupos Municipais, pelo "falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) **Foi o Ponto 4.14. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de Atividades e Conta do Município de Vila Nova de Gaia, relativo ao ano financeiro de 2024, assim como a respetiva Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos do n.º 3 do art.º 76 da Lei nº73/2013 de 03 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 33 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS) 09 votos contra(05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL) e 05 abstenções (02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN). ----------

b) **Foi o Ponto 4.15. da Ordem de Trabalhos** "Apreciação e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Inventário dos Bens do Município de Vila Nova de Gaia, relativos ao ano 2024, nos termos da alínea j) do n.º 1, do artigo 35.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro", **Aprovado por Maioria**, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções(05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL). ----------

c) **Foi o Ponto 4.16. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Nomeação do Revisor Oficial de Contas, Dr. Sebastião António Pires Carriço da Sociedade Sebastião & Associados, SROC, Lda., como auditor externo do Município e das AGEM", **Aprovado por Maioria**, com 37 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 02 da CDU) e 10 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

d) **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da** "Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos relativo ao ano 2024", **referente ao Ponto 4.17. da Ordem de Trabalhos**. ----------

e) **Foi o Ponto 4.18. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público sem publicitação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para Aquisição de Serviços de receção de resíduos de construção e demolição para o Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Assunção dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:
Rubrica 2005 | A | 101 – Aquisição de serviços de deposição de resíduos inertes
- Ano 2025 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2026 - € 50.000,00 (cinquenta mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2027 - € 30.000,00 (trinta mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2028 - € 20.000,00 (vinte mil euros) + IVA. ----------

Total – € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) + IVA". ----------
Aprovado por Unanimidade. ----------

f) **Foi o Ponto 4.19. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de leite escolar e sua distribuição em regime de fornecimento contínuo, nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1ª Ciclo de Ensino Básico públicos do Município de Vila Nova de Gaia – Autorização para Adoção dos Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do estabelecido no art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ---------
Valor Base do Procedimento - € 1.190.000,00 (um milhão cento e noventa mil euros) + IVA a 6% perfazendo um total de € 1.261.400,00 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil e quatrocentos euros). ----------
Preço base/lote ----------
Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado - € 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil euros). ----------
Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja - € 140.000,00 (cento e quarenta mil euros). ----------
Rubrica 2022 | A | 22 – Complementos Alimentares ----------
Lote 1 – Leite meio gordo UHT simples e achocolatado ----------
- Ano 2025 - € 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil euros) + IVA; ----------

- Ano 2026 - € 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2027 - € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) + IVA. ----------

Lote 2 – Leite simples e achocolatado sem lactose e bebida vegetal de soja ----------

- Ano 2025 – € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2026 - € 70.000,00 (setenta mil euros) + IVA; ----------
- Ano 2027 - € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) + IVA". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

g) **Foi o Ponto 4.20. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua Luís de Camões, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Padre Tomás de Aquino Silvares, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Professor César Augusto Ribeiro Morais, Freguesia de Canelas; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Vinte e Cinco de Abril, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua das Pedras da Maré, Freguesia de São Félix da Marinha; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Painçais, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua dos Polacos, União de Freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada". ----------

Aprovado por Unanimidade,. ----------

h) **Foi Apreciada a** "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município", **referente ao Ponto 4.21. da Ordem de Trabalhos.**

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 23 horas e 49 minutos do dia 24 de abril de 2025, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade**. ----------

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)